



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

237

HABEAS CORPUS Nº: 0205298-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 206.2009.000506-8

COMARCA : Bezerros – 1ª Vara

IMPETRANTE : Flávio Roberto de Lima

PACIENTE : José Marcelo da Silva e Rinaldo José da Silva

PROCURADOR(A) : Maria Helena da Fonte Carvalho

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO TRIPLAMENTE QUALIFICADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA. EXCESSO DE PRAZO. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE AGENTES. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. ATRASO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

I – Inexiste coação ilegal decorrente de excesso de prazo quando eventual atraso não é atribuído a atos praticados pelo juiz sumariante ou pelo Promotor de Justiça, máxime considerando-se a complexidade do feito, decorrente da pluralidade de acusados, em número de oito, com patronos diferentes, e necessidade de expedição de cartas precatórias, retardando o regular andamento do feito, que tranita nos limites da razoabilidade.

II – Os atributos pessoais dos pacientes consubstanciados na primariedade e bons antecedentes, não induzem, necessariamente, a concessão de liberdade provisória, mormente quando tais condições favoráveis não restaram demonstradas nos autos.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



238

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0205298-4** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente / Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

239

HABEAS CORPUS Nº: 0205298-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 206.2009.000506-8

COMARCA : Bezerros – 1ª Vara

IMPETRANTE : Flávio Roberto de Lima

PACIENTE : José Marcelo da Silva e Rinaldo José da Silva

PROCURADOR(A) : Maria Helena da Fonte Carvalho

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Flávio Roberto de Lima impetrou ordem de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **José Marcelo da Silva e Rinaldo José da Silva**, qualificados na exordial (fls. 02), alegando que os pacientes encontram-se sofrendo constrangimento ilegal em seu direito de ir e vir, decorrente de excesso de prazo para o julgamento da ação penal nº 206.2009.000506-8 a que respondem, juntamente com outros 06 (seis) co-acusados, perante a 1ª Vara da Comarca de Bezerros, por infração aos arts. 157, § 2º, incisos I, II e V¹ e 288, parágrafo único², ambos do Código Penal.

¹ Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; (...)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

² Quadrilha ou bando

Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena - reclusão, de um a três anos.

Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

240

Aduz ainda, a impetração, que os pacientes fazem jus à liberdade provisória, nos termos do art. 310, parágrafo único³, do CPP, por serem primários e de bons antecedentes.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 09/18.

Em decisão interlocutória de fls. 25/26, indeferi o pleito liminar, solicitando informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 29/36.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Maria Helena da Fonte Carvalho, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 39/41).

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

³ **Art. 310.** Quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato, nas condições do art. 19, I, II e III, do Código Penal, poderá, depois de ouvir o Ministério Público, conceder ao réu liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação.

Parágrafo único. Igual procedimento será adotado quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (arts. 311 e 312).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



241

HABEAS CORPUS Nº: 0205298-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 206.2009.000506-8

COMARCA : Bezerros -- 1ª Vara

IMPETRANTE : Flávio Roberto de Lima

PACIENTE : José Marcelo da Silva e Rinaldo José da Silva

PROCURADOR(A) : Maria Helena da Fonte Carvalho

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Cuida-se de *Habeas Corpus* onde o impetrante alega que os pacientes fazem jus à liberdade provisória, por serem primários e de bons antecedentes, bem como excesso de prazo para o encerramento da ação penal a que respondem perante a 1ª Vara da Comarca de Bezerros.

Importa notar que os pacientes respondem a ação penal nº 206.2009.000506-8, juntamente com outros 06 (seis) co-acusados perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Bezerros, como incursos nas sanções dos arts. 157, § 2º, incisos I, II e V e 288, parágrafo único, ambos do Estatuto Punitivo.

A autoridade coatora, ao prestar suas informações, traz à baila fatos e circunstâncias que justificam o atraso alardeado na impetração, ao afirmar (fls. 29/36):

"(...) Os DOIS pacientes e mais SEIS RÉUS foram denunciados na Ação Penal nº 206.2009.000506-8, por violação aos artigos 157, § 2º, I, II e IV, e 288, Parágrafo Único, do Código Penal.

A realização da INSTRUÇÃO e julgamento não depende exclusivamente deste magistrado, que de tudo tem feito para concluir o processo, ordenando diligências e expedindo várias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

242

cartas precatórias, pois a ação penal conta com OITO DENUNCIADOS e vários advogados.

(...)

No presente caso, o recebimento da denúncia e o decreto de prisão ocorreram em 27.07.2009, em despacho com esse teor:

(...)

Dos OITO RÉUS presos, uns foram CITADOS por MANDADO e outros por PRECATÓRIA, para apresentação de resposta. Porém, houve acusado que sequer constituiu advogado no prazo de dez dias e este magistrado foi obrigado a nomear a Defensoria Pública para oferecer as respectivas respostas.

Somente depois das últimas respostas, ofertadas em 16.10.2009 (fls. 179/180) e 26.10.2009 (184/188), foi possível expedir cartas precatórias, para inquirição de testemunhas em AFOGADOS DA INGAZEIRA (fls. 205/206) e CARNAÍBA (fls. 207/208), e marcar a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 24.11.2009, na qual foram ouvidas duas testemunhas/policiais do rol da denúncia (fls. 213/217) e se designou nova o dia 04.12.2009 para a audiência de continuação, pois uma testemunha/policial estava de férias (fl. 216).

Dita testemunha/policial foi ouvida em 04.12.2009 (fls. 236/239), mas as cartas precatórias ainda não haviam sido cumpridas, dando-se o cumprimento em 07 e 17.12.2009 (fls. 288 e 303/304).

Os RÉUS apresentaram RÓIS – havendo DEZENAS de TESTEMUNHAS a serem ouvidas – e a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO está marcada para o dia 19.01.2010, para as oitivas de todas elas e os INTERROGATÓRIOS dos OITO RÉUS, se eles forem apresentados (fl. 240). (...)."

É cediço que a demora na formação da culpa, quando justificada, não constitui coação ilegal sanável pela via do writ, não se olvidando, também, que a ocorrência de motivo de força maior afasta o constrangimento motivador da impetração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



243

Observa-se, de logo, a complexidade do feito, tendo em vista que o processo originário conta com 08 (oito) acusados, presos em Comarcas distintas, o que demanda a prática de atos processuais complexos, além da necessidade de expedição de cartas precatórias, fatos que justificam a ultrapassagem do prazo legal para a conclusão do sumário de culpa.

Inocorre, pois, o constrangimento ilegal alardeado na impetração, porquanto eventual atraso na conclusão do sumário não decorreu de desídia do julgador *a quo*, tampouco do Representante do *Parquet* de 1º grau, mas em observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, de tal modo que não venha a ser alegada qualquer nulidade processual, circunstância que inviabiliza a concessão da ordem, como assentado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, verbis:

"Não se configura coação ilegal quando o excesso de prazo na formação da culpa decorre de incidentes processuais não imputáveis ao Juiz do processo ou ao Ministério Público" (In: MIRABETI, Júlio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2001, p.1438).

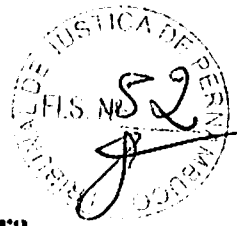
Necessário atentar, ainda, para o princípio da razoabilidade, principalmente quando o alegado excesso prazal foi justificado pela autoridade coatora (pluralidade de acusados e necessidade de expedição de cartas precatórias). Veja-se, à propósito, decisão do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* nº 14695/PE, Relator Min. Jorge Scartezzini, 5ª Turma, data da decisão: 18.11.2003, cuja ementa tem o seguinte teor:

"(...) - O constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada. (precedentes do STJ).

- Eventual dilação do prazo para conclusão da instrução criminal, justifica-se na hipótese de feito complexo por aplicação do princípio da razoabilidade. - Recurso desprovido."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

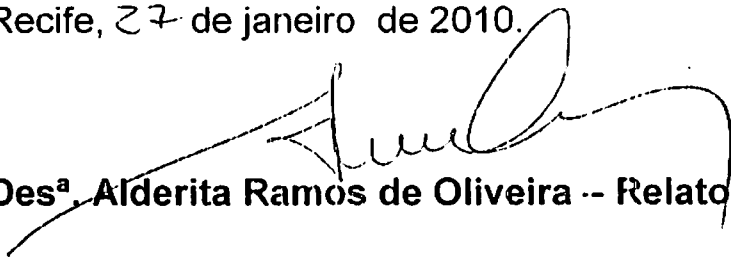


244

Observe-se, também, que os atributos pessoais dos pacientes, consubstanciados na primariedade e bons antecedentes criminais, não elidem a necessidade da prisão preventiva, quando assentes qualquer dos motivos previstos no art. 312⁴, do Código de Processo Penal, principalmente quando os documentos juntados aos autos não comprovam as circunstâncias pessoais favoráveis.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira -- Relatora

⁴ Art. 312 - A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.